

Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: um espaço de resistência à colonialidade e seus mecanismos de poder

Yohana Marcela Sierra Casallas¹, Darci Secchi²

^{1, 2} Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Programa de Pós-Graduação em Educação. Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367, Boa Esperança. Cuiabá - MT. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: marcelasierra26@hotmail.com

RESUMO. Este trabalho é parte de uma pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, linha de Pesquisa dos Movimentos Sociais, Política e Educação Popular, campus Cuiabá, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Que teve como propósito analisar as iniciativas pedagógicas e educativas desenvolvidas em escolas do campo, coordenadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Mato Grosso, como processos de resistência ante a colonialidade e seus mecanismos de poder. É uma pesquisa qualitativa, desenvolvida com os professores gestores da escola Estadual Florestan Fernandes localizada no Assentamento 12 de Outubro. As ferramentas investigativas foram: entrevistas semi estruturadas, observação participante e diários de campo. Com base nas entrevistas constatou-se que as escolas do Movimento são estruturadas desde uma concepção contra-hegemônica, com práticas pedagógicas diferenciadas. As análises dos diários de campo revelam que esta escola implementa os princípios filosóficos e pedagógicos do Movimento, embora seja financiada pelo poder público.

Palavras-chave: Educação do Campo, Educação do MST, Colonialidade.

Education of the Movement of Landless Rural Workers: a space of resistance to coloniality and its mechanisms of power

ABSTRACT. This paper is part of an investigation linked to the Post-graduate Education Program in the Federal University of Mato Grosso, research on Social Movements, Politics and Popular Education, Cuiabá, with the support of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). Its purpose is to analyze the pedagogical and educational initiatives developed in rural schools, under the coordination of the Movement of Landless Workers (MST) in Mato Grosso, as a process of resistance to coloniality and its mechanisms of power. This is a qualitative research, developed with the teachers and directors of the Florestan Fernandes National School located in the October 12's Settlement. The research tools used were: semi structured interviews, participant observation and field journals. Based on the interviews, it can be seen that the MST's schools are constituted from an anti-hegemonic conception, with different pedagogical practices. The field journals analysis reveals that this school implements the philosophical and pedagogical principles of the Movement, although financed by the public sector.

Keywords: Rural Education, MST's Education, Coloniality.

Educación del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra: un espacio de resistencia a la colonialidad y sus mecanismos de poder

RESUMEN. Este trabajo es parte de una investigación que está vinculada al Programa de Pos graduación en Educación de la Universidad Federal de Mato Grosso, línea de investigación de los Movimientos Sociales, Política y Educación Popular, sede Cuiabá, con el apoyo de La Coordinación de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Que tiene como propósito analizar las iniciativas pedagógicas y educativas desarrolladas en las escuelas de campo, bajo la coordinación del Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra (MST) en Mato Grosso, como procesos de resistencia ante la colonialidad y sus mecanismos de poder. Es una investigación de carácter cualitativo, desarrollada con los profesores y directivos de la escuela Estadual Florestan Fernandes ubicada en el Asentamiento Doce de Octubre. Las herramientas investigativas fueron: las entrevistas semiestructuradas, observación participante y los diarios de campo. Con base a las entrevistas se constata que las escuelas del movimiento son constituidas desde una concepción contra hegemónica, con prácticas pedagógicas diferentes, en cuanto al análisis de los diarios de campo se verifico que esta escuela implementa los principios filosóficos y pedagógicos del movimiento, aunque este bajo el dominio del Estado.

Palabras claves: Educación del Campo, Educación del MST, Colonialidad.

Introdução

Desde a época colonial, as escolas rurais e campesinas na América do Sul têm sido ancoradas na educação tradicional que prima pela transmissão de conhecimentos em processos cognitivos elementares, como saber ler e escrever. As escolas urbanas, embora de matrizes tradicionais, lidam com conteúdos mais abrangentes, uma vez que são instadas a prover uma formação que atenda a diversas demandas específicas das cidades.

Os processos de colonização impostos aos povos campesinos latino-americanos, em que a educação é uma ferramenta substancial de domínio e controle do modelo econômico, político e cultural, está presente no cotidiano das populações. Ou, nas palavras de Paulo Freire: a educação se funda sobre uma concepção bancária, como um ato de depositar, transferir, transmitir valores e conhecimentos, com o fim de adaptar o sujeito às formas de dominação da classe opressora e suas instituições (Freire, 1997).

É por isso que a colonização e a subalternização são os processos mais atrozés vividos pela população de América Latina desde o final do século XV, quando os conquistadores impuseram sua visão do mundo sobre os povos nativos americanos. Dessa forma, romperam com as estruturas sociais já estabelecidas nas populações

locais, aniquilando civilizações inteiras e, com elas, toda a riqueza material, espiritual, seus saberes ancestrais e suas práticas educativas.

Sobre o tema, Solano (2015, p. 2) destaca que “a partir de 1492 experimentamos um violento choque sociocultural que produziu a submissão de nossas culturas a um único movimento histórico e, com ele, um único e inquestionável marco civilizatório assentado nos pretendidos valores de universalidade, objetividade e racionalidade”. Para o autor, a subordinação foi promovida em todos os campos da existência humana, e a educação foi um dos espaços sociais mais impactados pela dominação colonial, destruindo os conhecimentos autóctones e impondo um modelo educativo baseado na memorização passiva e na repetição vazia. Como sugerem diversos autores latino-americanos, a escola e suas dinâmicas educacionais são produtos do projeto civilizador que se expressam pelos conhecimentos eurocêntricos e que desconsideram a essência dos povos originários.

A educação, e com ela a escola, tornam-se instrumentos de manutenção da ideologia colonizadora, sobretudo em instituições escolares rurais onde se

disponibilizam poucos conhecimentos e se estimula o engajamento como mão-de-obra na produção agrícola. Portanto, implanta-se uma educação descontextualizada, já que não leva-se em conta os saberes ancestrais, a relação com seu território e outros valores autóctones. Aos professores, a atividade docente é exigida como um mero trabalho assalariado, desconsiderando a sua condição de formador de sujeitos sociais. Para as comunidades, oferece parte da alimentação das crianças e induz os estudantes a migrarem, precocemente, para os centros urbanos em busca de uma suposta melhoria de qualidade de vida.

As escolas dirigidas pelo MST têm umas propostas pedagógicas e educativas contra hegemônicas, que será exposto mais adiante no texto. Mas também são regidas e controladas pelo Estado, posto que é ele quem contrata os professores, proporciona a alimentação para os estudantes, assim como o transporte e os textos escolares e, alguns assentamentos, constroem também as escolas. As escolas sendo controladas pelo Estado têm a obrigação de trabalhar com a base nacional comum curricular, os mesmos conteúdos das outras escolas rurais, por isso não tem uma autonomia curricular plena.

Por essa razão e os demais argumentos expostos anteriormente sobre a

colonialidade e suas relações de poder dentro da escola campesina, surge o questionamento: quais são as estratégias educativas e pedagógicas que o MST implementa nas escolas sob sua coordenação que contrapõem o controle e atuação do sistema econômico e o poder do Estado?

Para responder a esse questionamento, foi realizada uma pesquisa no ano 2019 na escola Estadual Florestan Fernandes no Assentamento chamado 12 de Outubro, Município de Cláudia, Estado de Mato Grosso, que é dirigida pelo MST. A pesquisa tem por objetivo analisar as práticas e experiências pedagógicas da escola, como processos de resistência ante a colonialidade e seus mecanismos de poder.

A pesquisa é do tipo qualitativa, que permite estabelecer um desenho de investigação flexível, a partir da formulação de duas perguntas que proporcionaram um diálogo aberto e amplo. Essas entrevistas foram feitas com quatro professores e a diretora da escola, sendo complementadas com observações nas salas de aula, para assim poder perceber os cenários e os atores sociais, seu passado e as situações em que se encontram atualmente. A pesquisa de campo se deu na escola do assentamento com os educadores e a diretora.

Entre o universo metodológico das pesquisas qualitativas, utilizamos a ferramenta de pesquisa Investigação Ação Participativa (IAP) que incorpora algumas noções de Paulo Freire como a conscientização crítica, ensinamento e aprendizagem, fortalecimento da organização social e práxis pedagógica (Sirvent, 2018). A IAP se constitui como uma ferramenta investigativa que prioriza os grupos sociais marginalizados, tornando-se uma forma descolonizadora dentro do âmbito educativo e investigativo. Entende que grupos sociais oprimidos têm a capacidade de analisar e avaliar sua realidade, para buscar alternativas adequadas para seu contexto (Fals, 1998).

A IAP auxilia na pesquisa, porém, o trabalho e a vida cotidiana são vivências progressivas que requerem um compromisso, uma postura ética e política, enfim, uma filosofia de vida convergente com as expectativas dos sujeitos pesquisados. Por conseguinte, para a realização da pesquisa se implementou a metodologia IAP, com as técnicas de entrevistas semiestruturadas, observação participante e diários de campo, “ferramentas investigativas de utilização flexível e ágeis derivadas da Sociologia e da Antropologia” (Fals, 1998, p. 30).

Este trabalho contribui com o debate acadêmico e social, assim como com a

transformação da escola camponesa voltada para as expectativas e necessidades dos camponeses. Parra (1986) constata que a deficiência no sistema escolar é evidente, mas no contexto rural é ainda maior, já que a escola se instaurou como um elemento integrador da nacionalidade a partir de uma visão urbanizadora, gerando dificuldades para a adaptação de um currículo único sustentado na cultura camponesa. Dessa forma, está sendo um elemento estranho para meninos e meninas camponeses, que receberam na infância, a partir da organização familiar e comunitária, a socialização de um mundo camponês.

Surgimento do MST

É importante fazer uma breve incursão acerca do surgimento do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) para compreender a relação do Movimento com a educação, já que, sua luta não é só pela terra, mas também por outros direitos dos camponeses, entre os quais se destaca a educação. “A educação do MST se enfoca na produção da formação humana, vinculada às raízes de um processo de humanização mais profundo onde se articula a terra, trabalho, memória e dignidade” (Caldart, 2001, p. 2010).

A gênese do Movimento foi determinada por vários fatores, o mais importante, o socioeconômico, posto que,

na década de 1970 o Brasil (governado pela ditadura militar) promoveu a modernização e mecanização da agricultura com características capitalistas. “A concentração de terra e a exclusão da pequena agricultura geraram um fluxo migratório da população do Sul para as regiões de colonização como Mato Grosso, Pará e Rondônia” (Stedile, 2012, p. 18).

Como essas regiões colonizadas não tinham vocação para a agricultura familiar, nelas se instaurou a extração de madeira e a atividade pecuária. Muitos camponeses decidiram migrar para as grandes metrópoles que viviam um processo de industrialização acelerado. Isso resultou na mudança de atividade econômica em lugares distantes dos seus nichos históricos. Uns camponeses emigraram para as metrópoles sem possibilidades de trabalho; outros resolveram lutar pela terra, resistindo ante aos embates do sistema econômico e político. Foi assim que surgiu a base social do MST que tem como objetivo lutar pela terra, contra a colonização e exigir a reforma agrária (Stedile, 2012).

Um segundo aspecto foi a atuação do trabalho pastoral, com a igreja católica e a igreja luterana, vinculadas na Comissão Pastoral da Terra, voltado para a conscientização dos camponeses e reorganização de suas lutas por direitos

expressos nos seguintes versos: “queremos terra na terra / Já temos terra no céu. Tratou-se de uma iniciativa ancorada na teologia da liberação, que iniciou e frutificou no Centro-Oeste em 1975 e logo se espalhou por todo o país” (Stedile, 2012, p. 21).

O terceiro fator foi a situação política do Brasil naquela época em que a ditadura militar governava o país com ambiente de repressão, torturas, perseguições, autoritarismo e censura aos meios de comunicação. A suspensão dos direitos constitucionais provocou o movimento estudantil e sindical que tomou as ruas para exigir o respeito pelos direitos humanos e a volta da democratização no país. “O MST não surgiu só da vontade do camponês. Ele só pôde se constituir como um movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de luta pela democratização” (Stedile, 2012, p. 24).

Esses fatores foram determinantes para o nascimento do MST. Em 1981, organizou-se o acampamento Encruzilhada Natalino em Ronda Alta, no Estado de Rio Grande do Sul, com mais de 500 famílias camponesas que exigiam a reforma agrária, pela distribuição equitativa da terra, mas também contra a ditadura militar. Esse acampamento estava cercado pelas tropas do exército brasileiro, mas contou com o

respaldo da sociedade urbana, que também combatia a ditadura (Morissawa, 2001).

Dessa maneira, a luta da Encruzilhada Natalino adquiriu um caráter nacional, posto que, teve o apoio da sociedade brasileira representada pelas igrejas, sindicatos dos trabalhadores rurais e urbanos, comissões de direitos humanos, políticos de partidos de oposição ao regime militar, universitários e outras entidades da sociedade civil. Essas entidades organizavam campanhas de doação de alimento e faziam a defesa dos acampados. “Daí que a vitória Encruzilhada Natalino, foi a vitória de toda a sociedade brasileira democrática. O MST considera-se, assim, resultado não só da vontade do trabalhador rural, mas também de toda a sociedade brasileira” (Morissawa, 2001, p. 128).

Dentro do processo de construção do MST, educação é percebida como base fundamental para a luta pela terra, contra o latifúndio e a ignorância. Luta que deve ser feita nos assentamentos, com as crianças, jovens e adultos. Em concordância Caldart expõe:

Os sem-terra do MST estão sendo sujeitos de um movimento que acaba pondo em questão o *modo de ser* da sociedade capitalista atual e a cultura reproduzida e consolidada por ela. Fazem isto não porque professem idéias revolucionárias, nem porque este seja o conteúdo de cada uma de suas ações tomadas em si mesmas. Contestam a ordem social pelo conjunto (contraditório) do que

fazem nas ocupações, nos acampamentos, nos assentamentos, nas marchas, na educação de suas crianças, jovens e adultos; pelo jeito de ser de sua coletividade, que projeta valores que não são os mesmos cultivados pelo formato da sociedade atual; fazem isto, sobretudo, pelo processo de humanização que representam, e pelos novos sujeitos que põem em cena na história do país (2001, p. 210).

Como manifesta Caldart o Movimento aposta na formação de sujeitos com valores opostos à cultura capitalista, fortalecendo a humanidade de seus integrantes. Por isso o processo educativo no início teve como foco erradicar o analfabetismo dos assentados. Na atualidade, o Movimento luta por garantir o acesso de crianças e jovens à educação e à escolarização nos vários níveis, em cumprimento ao Artigo 06 da Constituição que declara que a educação faz parte dos direitos sociais (Supremo Tribunal Federal, 2019).

O Movimento elaborou parâmetros que auxiliam seu princípio educativo a partir de duas vertentes. A primeira, de caráter filosófico onde se plasma a visão e percepção do mundo, assim como deveria ser a relação do sujeito com a sociedade; a segunda, se concretiza pelo princípio filosófico, com práticas diferenciadas e uma constante práxis metodológica

centrada nos processos educativos das escolas (MST, 1996).

A partir desses princípios, surgiu a pedagogia do Movimento, chamada Pedagogia do Movimento Sem Terra, entendida e compreendida como teoria e prática, da formação humana especialmente das novas gerações. O MST busca, a partir de sua pedagogia, formar sujeitos que se identifiquem como parte do Movimento “Os sem-terra se educam como Sem Terra (sujeito social, pessoa humana, nome próprio) sendo do MST, o que quer dizer, construindo o Movimento que produz e reproduz sua própria identidade ou conformação humana e histórica” (Caldart, 2001, p. 2018).

Ser um integrante dos Sem Terra hoje é bem mais do que ser um trabalhador ou uma trabalhadora que não tem terra, ou mesmo que luta por ela “Sem Terra é uma identidade historicamente construída, primeiro como uma afirmação de uma condição social: sem-terra, e aos poucos não mais como uma circunstância de vida a ser superada, mas sim como uma identidade de cultivo: somos Sem Terra do MST!” (MST, 2001, p. 19).

O Movimento tem uma estrutura educativa voltada para as necessidades de seus integrantes, fortalecendo os processos identitários e estimulando seu compromisso com as bandeiras da luta do

MST. A luta pela escola começou junto com a luta pela terra, mas o movimento tem a preocupação constante da educação das novas gerações, por que elas devem continuar com a luta pela terra e o projeto da construção de uma nova sociedade, mas para isso o movimento sabe que precisa ser uma organização duradoura com uma luta da vida inteira (Caldart, 2001).

Assentamento 12 de Outubro: território de resistência

O MST se expandiu por todo Brasil, chegando a Mato Grosso no ano 1995, ocupando as fazendas na região sul do estado, conquistando assim seus primeiros assentamentos. Mas foi no período de 2003 a 2007 que o MST intensificou sua organização e instalou acampamentos e assentamentos por todo o Estado (Santos, 2016).

Dentre as conquistas desse período está o Assentamento 12 de Outubro, que teve a primeira tentativa de organizar o assentamento no ano 2004 quando iniciou o processo de negociação da fazenda Panorama. Participaram das negociações os representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra e o então proprietário da fazenda Marcos Barros. Com o êxito das

negociações, as famílias foram assentadas nas terras da antiga fazenda, mas logo foram surpreendidas por uma reintegração de posse impetrada por outro fazendeiro que se dizia proprietário da referida área (Santos, 2016). Como consequências, as famílias regressaram aos antigos acampamentos Claudinei de Barros em Sinop/MT; Dorcelina Folador, em Sorriso/MT; e Mario Lago, em União do Sul/MT, com a decisão de continuar lutando pelo assentamento. Posteriormente, se reuniram para obstruírem o tráfico de veículos pela rodovia BR 163 e acamparam na frente na fazenda, apoiados pela Comissão Pastoral da Terra, exigindo das autoridades a imediata liberação da área.

Novamente, se instalaram ao lado do Acampamento Nova Aliança (ainda coordenado pela CPT), que durante todo tempo havia se mantido às margens da BR-163, em frente à fazenda requerida. Após muito debate entre as coordenações das entidades CPT e MST, com momentos beirando à ruptura completa, chegaram a um entendimento de que em 30% da área desmatada assentariam famílias da base da CPT e o restante, 70%, ficaria para famílias da base do MST (Souza, 2014, p. 150).

A estratégia do Movimento logrou êxito e em dezembro do ano 2007, o MST com sua bandeira e seu slogan “ocupar, resistir e produzir” passou a ocupar a fazenda. Assim, aquele grande latifúndio

com mais de 6 mil hectares de terra, (que, outrora, fez parte do Parque das Castanheiras e era cobiçado por dois pretensos proprietários) passou a ser a terra de centenas de famílias camponesas. Mas como sempre relembra Stedile, o MST não se preocupa só com terra, mas também com a escola, com educação, posto que ela pode derrubar três cercas: do latifúndio, da ignorância e do capital. Partindo dessa afirmação percebe-se a maneira com que o Movimento articula a ocupação da terra com a escola onde se fortalecem os processos comunitários, de resistência e de luta.

Assim como o Assentamento 12 de Outubro foi uma conquista do MST pela terra, a educação escolar também o foi. A trajetória da escola iniciou em 2007, com aulas para filhos dos assentados embaixo de árvores ou barracas de lonas pretas improvisadas. No ano de 2010 foi construída a infraestrutura da escola em forma de mutirão pelos pais, mães, estudantes e professores.

A escola do assentamento, como todas as que pertencem ao Movimento, recebem seu nome homenageando grandes intelectuais da América Latina, que lutam pela transformação da sociedade. Neste caso, recebeu o nome de Florestan Fernandes, intelectual e militante que defendeu iniciativas educacionais

vinculadas aos interesses dos camponeses. Como manifesta Caldart (2012), a educação do MST em suas escolas, tem como foco a formação humana e sua relação com a terra, com as dinâmicas camponesas e a luta pela reforma agrária.

Os educandos da Escola Estadual Florestan Fernandes são oriundos de famílias que residem no Assentamento 12 de Outubro, coordenado pelo MST; do Assentamento Nova Aliança, coordenado pela CPT; da Comunidade Nova Esperança, uma associação de famílias camponesas sem vinculação com movimentos sociais e filhos dos empregados das fazendas próximas. A escola atualmente tem uma equipe de nove professores, três funcionárias (diretora, orientadora pedagógica e a secretária) duas cozinheiras, duas senhoras da limpeza e três vigilantes, e atende a um total de 108 estudantes.

Convergente com seu histórico, a escola Estadual Florestan Fernandes conta com um Projeto Político Pedagógico centrado na educação do campo. Uma escola com a função social, cultural, política, ideológica e ambiental, responsável pela conscientização dos trabalhadores na luta por uma sociedade justa e igualitária. Sua organização curricular e gestão favorecem os processos participativos, com raízes no projeto

educativo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Igualmente, a escola tem os fundamentos epistêmicos e pedagógicos propostos por Paulo Freire, como a educação libertadora e autônoma, onde o respeito, a dignidade e a autonomia do educando são de suma importância. Essa filosofia foi compartilhada no passado pelo sociólogo Florestan Fernandes, quando fez um chamado aos intelectuais para saírem para além dos muros das universidades e desenvolverem ações no campo para compreender a realidade social e as experiências concretas.

Educação do MST e Educação do campo

Durante os primeiros anos de formação do MST sua prioridade foi a luta e conquista pela terra. Mas o Movimento sabia que precisava conquistar outros direitos para os camponeses, entre eles a educação, tida como uma ferramenta essencial para compreender a conjuntura política, as mudanças econômicas e sociais e os processos históricos no Brasil e no mundo.

Por isso, o Movimento passou a investir numa educação diferenciada que correspondesse ao projeto social que desenvolviam e que combatesse a estrutura do capitalismo, uma vez que, segundo Mézaros (2005) a educação “tornou-se

uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes”. Para o autor, em “lugar de instrumento da emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema” (Mészáros, 2005, p. 15).

O Movimento está consciente da importância da educação escolar em seus assentamentos. A ocupação da escola pelo Movimento tem vários significados, entre eles a mobilização das famílias assentadas pelo direito à escola diferenciada, com uma proposta pedagógica específica para as escolas conquistadas e a incorporação da escola com as dinâmicas do Movimento. O desejo é que todos os assentamentos tenham uma escola diferenciada com um sentido político forte na formação de seus sujeitos e cuja centralidade expressem os processos de luta pela reforma agrária e pelos direitos dos camponeses.

Para cumprir tais objetivos, o MST estabeleceu princípios educativos diferenciados, já que o Movimento assume a educação como um ato político que vincula os processos sociais e visam a transformação da sociedade atual desde uma nova ordem fundada na justiça social, na radicalização democrática e nos valores humanistas e socialistas (MST, 1996).

Conforme exposto em seu programa, o Movimento tem cinco princípios filosóficos educativos que visibilizam a visão do mundo e as concepções gerais da sociedade e a compreensão do processo educativo. Tais princípios são: 1. Educação para a transformação social. 2. Educação para o trabalho e a cooperação. 3. Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana. 4. Educação para os valores humanistas e socialistas. 5. Educação como um processo permanente de formação e transformação humana (MST, 1996, p. 10).

Ademais, conta com os princípios pedagógicos, que são percebidos como os meios para concretizar os princípios filosóficos educativos, tendo como pilar a reflexão metodológica. Neste caso, organizam sua proposta educativa de acordo com as necessidades de cada comunidade. O Movimento configura 13 princípios pedagógicos que toda instituição educativa sob sua coordenação deve cumprir: 1) relação entre prática e teoria; 2) combinação metodológica entre processo de ensino e capacitação; 3) a realidade como base da produção do conhecimento; 4) conteúdos formativos socialmente úteis; 5) educação para o trabalho e pelo trabalho; 6) vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; 7) vínculo orgânico

entre processos educativos e processos econômicos; 8) vínculo orgânico entre educação e cultura; 9) gestão democrática; 10) auto-organização dos/das professores; 11) criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores e educadoras; 12) atitudes e habilidades de pesquisa; 13) combinação entre projetos pedagógicos coletivos e individuais (MST, 1996,p.11).

Esses princípios filosóficos e pedagógicos demonstram que o MST, desde seu início, já havia projetado uma pedagogia própria, que procura estabelecer os vínculos entre a educação e trabalho e entre a educação e a comunidade. Ou nas palavras de Agostini: “o MST e sua educação têm como eixo ... valores socialistas e humanistas, como o trabalho coletivo, o trabalho socialmente útil, o trabalho como princípio educativo” (Agostini, 2011, p. 166).

O MST sempre lutou por uma concepção diferente de educação, não apenas com seus princípios educativos, mas também com uma nova formulação de educação do campo, que nasceu a partir do I encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (Enera) em 1997 sob a coordenação do MST e em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência

e a Cultura (Unesco), a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Universidade de Brasília (Molina, 2006). Cinco anos depois, em 2002, foi aprovada a Resolução CNE/CEB 01, que estabeleceu as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, materializando um importante avanço para a educação do campo. Com ela, o MST passou a ter uma importante influência no novo paradigma da educação do campo.

Práticas pedagógicas e educativas descoloniais do MST

Da análise dos resultados da pesquisa, pode-se afirmar que a Escola Estadual Florestan Fernandes possui diferentes práticas pedagógicas e educacionais que podem contrapor-se à colonialidade e seus mecanismos de poder. “A escola Estadual Florestan Fernandes trabalha a humanidade dos estudantes, assim como sua formação política e criticidade para que possam intervir em sua realidade, durante o tempo da permanência na escola e depois que eles saírem de aqui” (Entrevistado 1, informação verbal, 18 de março 2019).

É importante ressaltar que essa educação diferenciada é produto da luta e do trabalho contínuo do MST como movimento social e político, não só pela distribuição equitativa da terra, mas

também pelos direitos dos camponeses, incluindo a educação com seu representante mais significativo, a escola. “O Movimento luta pelos direitos dos trabalhadores sem-terra, entre eles a educação com as escolas dos assentamentos, escolas do campo com educação problematizada a, onde os sujeitos podem escolher seus próprios caminhos” (Entrevistado 2, informação verbal, 21 de março 2019).

Com efeito, o MST é um movimento que conduz um projeto político educacional que busca romper com a estrutura hegemônica do Estado. Ou, nas palavras de Pinheiro: “No MST há um esforço permanente para denunciar e desafiar o projeto da modernidade ocidental, bem como umas duas variantes contemporâneas, representadas pelo projeto político neoliberal” (Pinheiro, 2015, p. 400).

Esse projeto de modernidade na América Latina foi estabelecido a partir da formação dos primeiros estados nacionais, e teve como base fundamental a dominação simbólica e ideológica por meio de um projeto econômico que excluía os povos originários e camponeses, submetendo-os ao domínio cultural político e econômico da cidade sobre o campo (Pinheiro, 2015).

No entanto, Quijano argumenta que a dominação ideológica e cultural simbólica foi estabelecida a partir do momento da colonização, uma vez que os europeus com sua ideia de superioridade deixaram vestígios de diferenciação racial, étnica ou econômica em seus descendentes americanos. Em palavras do autor:

O euro centrismo, portanto, não é a perspectiva cognitiva dos europeus exclusivamente, ou só dos dominantes do capitalismo mundial, mas sim do conjunto dos educados sob sua hegemonia” esta perspectiva se consolidou através do tempo sustentada em um conjunto de práticas, relações e saberes do mundo capitalista, tão assim que se naturalizou pela sociedade sem chegar a ser questionada (Quijano, 2007, p. 94).

Ainda que os dois autores compartilhem o mesmo pensamento sobre as desigualdades e a segregação social que a modernidade deixou para trás, os dois se distanciaram das possíveis causas. Enquanto Pinheiro afirma que esse problema foi gerado a partir do projeto econômico dos novos Estados Nacionais, Quijano sustenta que é uma consequência da invasão europeia aos territórios de Abya Yala¹ e como resultado disso é a exclusão que é o pilar da colonialidade.

A contribuição teórica dos dois autores, independente da causalidade, demonstra a segregação social herdada da modernidade, e como o Movimento MST

está apostando na educação como um meio para romper essa estrutura, com práticas pedagógicas e educativas contrahegênicas, em divergência com a educação colonial de corte tradicional.

Tais práticas buscam formar sujeitos políticos com consciência crítica de sua realidade. Não em vão, os suportes teóricos e pedagógicos são os postulados por Paulo Freire, com a pedagogia da autonomia e do oprimido, onde o essencial é a liberdade do educando para pensar e tomar suas próprias decisões.

Quanto mais se problematizam os educandos, como seres no mundo e com o mundo, tanto mais se sentirão desafiados. Tão mais desafiados, quanto mais obrigados a responder ao desafio. Desafiados, compreendem o desafio na própria ao de captá-lo. Mas, precisamente porque captam o desafio como um problema em suas conexões com outros, num plano de totalidade e não como algo petrificado, a compreensão resultante tender a tornar-se crescentemente crítica, por isto, cada vez mais desalienada (Freire, 1997, p. 40).

A Escola Estadual Florestan Fernandes, apoiada em uma educação problematizada, possui um currículo crítico que contrasta com o currículo hegemônico estabelecido por entidades oficiais, como o Ministério da Educação e as secretarias estaduais e municipais.

O objetivo do currículo crítico é totalmente contrário ao currículo mais tradicional; os segundos tentam

converter os eventos da realidade a que se referem, bem como suas justificativas e interpretações, em algo natural e inquestionável, algo como o senso comum. No entanto, o currículo crítico tenta forçar os alunos a questionar os conhecimentos, atitudes e comportamentos que consideram "naturais" e "óbvios". O currículo crítico não apenas lida com a seleção de outros conteúdos culturais como forma de reconstruir os conhecimentos disponíveis para a comunidade, mas também se interessa pelas estratégias de ensino e aprendizagem que facilitam esse processo de reflexão, participação democrática e exercício do saber. Responsabilidade e solidariedade (Torres, 1998, p. 200).

Como manifesta Torres, o currículo crítico é sustentado em uma seleção de temáticas e conteúdo adequado para fomentar a criticidade e os questionamentos nos educandos, mas também as estratégias de ensino aprendizagem e as práticas pedagógicas. Em concordância, a escola Estadual Florestan Fernandes promove um currículo crítico, mas também oculto, já que o governo exige uma base curricular nacional.

Nós trabalhamos um currículo oculto e não tem que ser só na aula de classe, também fora, nas reuniões, nos encontros, nas atividades que a gente participa e que pode organizar com os alunos, mas em outros ambientes, então a gente pode estar trabalhando isso sim. Mesmo assim na sala de aula agente trabalha os conteúdos da forma diferenciada a educação tradicional, seja um

currículo crítico e ao mesmo tempo oculto (Entrevistado 3, informação verbal, 25 de março 2019).

É perceptível, a partir da fala dos professores e das observações na pesquisa do campo, que a escola Estadual Florestan Fernandes verdadeiramente trabalha um currículo crítico, que ademais deve estar oculto, por conta das imposições burocráticas do governo. O currículo na escola está desenhado a partir de três características essenciais, que se encontram descritas no Projeto Político Pedagógico 2019 e fazem referência à educação diferenciadora do Movimento. A primeira delas aclara que a sala de aula deixa de ser o centro do processo de ensino-aprendizagem, para dar relevância nos outros espaços. A segunda característica fala da escolha dos conteúdos em função das necessidades que a prática vai dando e, por último, se apresenta a organização do currículo que deve passar pelo coletivo do assentamento, para assim integrar conhecimentos que reflitam a realidade do território.

Igualmente currículo crítico é desenvolvido por meio da metodologia dialógica que consiste em discutir, debater e falar com os estudantes e a comunidade, dentro e fora da sala de aula. O diálogo é a ferramenta que gera reflexão e conhecimento. Outra metodologia é a integração do conhecimento vivencial dos

alunos, dos seus saberes ancestrais e comunitários e da sua socialização primária com os conteúdos escolares. Como sugere Paulo Freire, a escola tem o

... dever de não só respeitar os saberes com que os educandos chegam, todas as classes populares, chegam a ela saberes socialmente construídos na prática comunitária - mas também como há mais de treita anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos (Freire, 1996, p. 30).

Para os professores da escola, o método privilegiado é o diálogo com os alunos, que lhes propicia a oportunidade de expressão de suas opiniões livremente. Podem expressar suas ideias, sentimentos, emoções e percepções sem qualquer restrição, transformando-as em práticas libertadoras, fato que pode ser percebido na observação da escola. Os educadores estão em diálogo permanente com os educandos, assim eles podem conhecer completamente seus estudantes e ao mesmo tempo saber que precisam, academicamente, e na convivência. Em relação ao Entrevistado 1 expõe:

A escola maneja o diálogo como a ferramenta e metodologia nas aulas de classe, na escola todo e falado, desde a questão administrativa até a pedagógica, o diálogo é parte do pensamento dos grandes pensadores do movimento, como Paulo Freire e Florestan Fernandes, então com os estudantes se faz os debates e

discussões sobre as problemáticas, da comunidade, também de o que acontece no mundo (informação verbal, 18 de março 2019).

Neste ponto é fundamental trazer as palavras de Freire em seu texto A importância do ato de ler:

Direito deles de falar a que corresponde o nosso dever de escutá-los. De escutá-los corretamente, com a convicção de que cumpre um dever e não com a malícia de que faz um favor para receber muito mais em troca. Mas, como escutar implica falar também ao dever de escutá-los corresponde o direito que igualmente temos de falar a eles. Escutá-los no sentido acima referido e, no fundo, falar com eles, enquanto simplesmente falar a eles seria uma forma de não ouvi-los. Dizer-lhes sempre nossa palavra, sem jamais nos expormos e nos oferecermos a deles, arrogantemente convencidos de que estamos aqui para salvá-los, e uma boa maneira que temos de afirmar o nosso elitismo, sempre autoritário (1997, p. 26).

Assim, escola Estadual Florestam Fernandes, com o currículo crítico e o diálogo como ferramenta pedagógica, logram romper a educação bancária que é implementada na maioria das escolas urbanas e em alguns dos contextos rurais, onde não se valoriza a dialogicidade. O educador mantém uma relação hierárquica em que o conhecimento é imposto e o diálogo não se estabelece.

Essa educação bancária valoriza o conhecimento a partir da perspectiva europeia, deslegitimando o conhecimento

ancestral, indígena e comunitário, sendo assim um exemplo dos mecanismos de poder da colonialidade. Assim, “Esse modo de conhecimento foi, por seu caráter e por sua origem eurocêntrico, denominado racional; foi imposto e admitido no conjunto do mundo capitalista como a única racionalidade válida e como emblema da modernidade” (Quijano, 2007, p. 94).

De maneira oposta, as escolas do MST, mesmo as dirigidas pelo poder público, baseiam-se em princípios filosóficos e pedagógicos próprios cuja práxis educa os sem-terra, fortalecendo sua identidade e integrando-os aos ideais do Movimento, à luta e à resistência, em palavras do entrevistado 4:

Os professores têm que levar na aula de classe as contradições e a diversidade da realidade, problematizar as situações atuais, quando uma escola e problematizada os sujeitos pode despertar outros caminhos, pode escolher. Em isso radica a diferencia da escola do MST, trazendo o passado para refletir o presente. Com consciência crítica, a escola faz que os estudantes pensem quem sou eu, para onde vou, onde eu quero chegar, sempre em reflexão, sempre com a clareza de sua identidade sem-terra (Informação verbal, 28 de março 2019).

Com efeito, a Escola Estadual Florestam Fernandes, construiu um Projeto Político Pedagógico que materializa as propostas do MST, já que seus principais

objetivos são os de formar futuros líderes e militantes do Movimento, que se identifiquem como os sem-terra, reconhecendo que são trabalhadores do campo e da cidade. O Projeto Político Pedagógico tem os eventos do cotidiano como ponto central de aprendizagem, entre eles as contradições da realidade como o anuncia o professor.

Para tanto, a escola possui projetos sociopolíticos e ambientais que dão suporte prático à formulação teórica do currículo. Dentre eles destacam-se a horta comunitária na concepção de mandala, e o espaço para promover a agricultura familiar e a agroecologia.

Possui também um bosque pedagógico multiuso, cuja função é criar consciência ambiental nos estudantes e socializar os conhecimentos que cada aluno adquiriu ao longo de sua história de vida. Esses projetos estão formulados no Projeto Político Pedagógico da escola, aqui um fragmento dele:

Temos como projetos de referência e permanentes: a Horta Mandala, Bosque Pedagógico, e parque infantil, que foram escolhidos por todos como projetos permanentes na escola, uma vez que os mesmos estão relacionados como proposta estabelecida de acordo com nossa realidade e através deles podemos realizar o exercício dos conceitos agroecológicos/agroflorestais (Escola Estadual Florestan Fernandes, 2019, p. 38).

Outra iniciativa inovadora vinculada à escola é a Cooperativa CANTASOL, que consiste em um portal online de vendas de produtos agroecológicos dos assentados, em geral às demais comunidades e pessoas interessadas. A cooperativa tem uma vinculação direta com a escola, por meio dela os educandos podem vivenciar todo o processo de produção, comercialização e venda dos produtos orgânicos do assentamento.

Como se percebe, as ações desenvolvidas na escola se contrapõem às do agronegócio e da agricultura convencional, que lidam com práticas predatórias centradas num poderoso arsenal de insumos e venenos.

A agricultura familiar ela tem uma característica diferente, ela tem uma política diferenciada, ela tem como objetivo produzir para consumir, para a subsistência. Ela é trabalhada na escola e partindo dela você pode discutir a soberania alimentaria, segurança alimentaria, que faz a diferencia com o agronegócio que tem quantidade, mas não tem qualidade, então assim tem várias discussões que podem enxergar vários horizontes, por que o educador da oportunidade ao estudante de não olhar só um lado da moeda, ele tem que saber os dois lados para poder escolher da maneira correta para ele. O educador tem que refletir sobre as situações da realidade, sempre respeitando as escolhas dos educandos (Entrevistado 5, informação verbal, 05 de abril 2019).

O relato dos professores demonstra a maneira que a escola articula a realidade dos estudantes com os conteúdos e temáticas. Por meio dos projetos pedagógicos e educativos que tem suas raízes nos princípios filosóficos e pedagógicos do MST, evidenciando ao mesmo tempo uma coerência com o Projeto Político Pedagógico da escola, baseado nos postulados de Paulo Freire. Assim, a escola Estadual Florestan Fernandes, com suas práticas pedagógicas e educacionais, com o currículo crítico, com os princípios filosóficos do Movimento, é um exemplo de resistência e luta contra a colonialidade e seus mecanismos de poder. É um campo em que se estabelecem os processos de descolonização e se forjam sujeitos políticos ativos que lutam contra o sistema econômico e político hegemônico.

A escola tem a flexibilidade nos temas na aula de classe por conta de ter estudantes de diferentes comunidades, mas não deixamos de ser educação do campo, de certo modo, nós usamos um malabarismo para garantir que as crianças participem nos processos de luta, a gente realiza do calendário do MST, março vermelho, a semana de Paulo Freire, os projetos agroecológicos, atividades de integração com a terra, de luta pela terra (Entrevistado 5, informação verbal, 05 de abril 2019).

Evidenciasse, tal como o manifesta o entrevistado, os professores têm diversas

estratégias para incorporar as temáticas e atividades do Movimento na escola, embora seja regida pelo Estado com diferentes estratégias educativas como a base curricular nacional.

Além disso, o Estado não permite à escola que o Movimento incorpore sua simbologia, nem suas temáticas, já que perante a presença de estudantes não oriundos do MST, a identificação dos conteúdos político- pedagógicos pode ser considerada como uma tentativa de doutrinação. No entanto, isso atrapalha a oportunidade de fortalecer os processos indenitários das crianças “Sem Terra”, assim como a possibilidade de outras crianças conhecerem as propostas do Movimento.

Os professores procuram então desenvolver diversas estratégias curriculares, que são fundamentais para a construção e fortalecimento de um posicionamento crítico das crianças camponesas sobre sua realidade.

Desta maneira, movimento do MST possui as ferramentas teóricas e práticas para lutar pela transformação da sociedade, para exigir do Estado o cumprimento de suas funções, para romper com os esquemas coloniais herdados desde a colônia. Ainda que o sistema econômico e político capitalista se expande pelo mundo inteiro, sempre haverá contradições e os

movimentos como o MST apostam nessas contradições para criar um mundo novo.

A única saída para que os colonizados não repitam, repetidas vezes, a terrível história que os coloca no lugar do colono, é a criação de algo novo, do novo mundo. É a maneira pela qual os dominados podem parar de referenciar os dominantes, desejar sua riqueza e poder, buscar seu lugar no mundo. Dessa forma, pode superar a inferiorização em que o colonialismo os instalou. Eles não serão capazes de superar esse lugar lutando para compartilhar o que existe, que é o lugar do dominador, mas criando algo novo, para fazer esse mundo com suas próprias mãos (Zibechi, 2015, p. 39).

Como diz Zibechi, o mundo tem que transformar-se, desde o fazer, anulando os vestígios da colonização. Cabe aos movimentos sociais, especialmente ao MST, essa árdua tarefa de reunir camponeses trabalhadores sem-terra para mudar essa realidade no campo. Eles possuem um profundo relacionamento com a mãe terra, que lhes proporciona a vida e os sonhos de um mundo mais justo e solidário.

A gente entra no momento crucial, no momento diferente, a gente não sabe como esse governo de extrema direita vai agir, ao mesmo tempo que a gente não se pode expor, também não se pode deixar perder nossa identidade. Então vai ser uma disputa, uma luta que para a gente vai ser mais implícita, tem que ser uma coisa de bastidores, para evitar a perseguição, para evitar uma série de ações que esse governo pode

desenvolver. Mas a nossa principal tarefa é resistir, o movimento tem uma campanha bem interessante que é **“ninguém solta a mão de ninguém”**. **A gente não pode perder a esperança**. (Entrevistado 4, informação verbal, 28 de março 2019).

Mas ainda no momento sócio político do Brasil, com um governo que classifica MST como um grupo terrorista que invade as terras dos latifúndios e doutrina estudantes das escolas dos acampamentos, será um desafio para o movimento resistir, manter sua ideologia e lutar pelos trabalhadores sem-terra. Mas, como o manifesto ou professor em sua fala, o movimento está consciente das ações do governo, encontrar-se, portanto preparados para lutar e não desistir, não perder a esperança jamais.

Considerações finais

Pretendemos pontuar nesse artigo que o MST, desde o seu surgimento, concebeu a educação como parte fundamental da sua luta pela terra como um direito dos camponeses. Ela é fundamental na construção de pessoas que lutam por transformações sociais e que se contrapõem aos mecanismos da colonialidade, que manteve por séculos as desigualdades. Há de se superar o paradigma educacional, concebido como “uma peça do processo de acumulação de

capital, e de estabelecimento de um consenso que tona possível a reprodução do injusto sistema de classes, em lugar de instrumento da emancipação humana” (Sader, 2005, p. 15).

O MST sabe perfeitamente que a educação pode cumprir essas duas funções. Distante de perceber a educação como um instrumento de manutenção ideológica do sistema, o Movimento elaborou um projeto educativo com uns princípios filosóficos e pedagógicos humanistas, contra-hegemônicos, que procuram emancipar a sociedade brasileira. Princípios que as escolas, sob a coordenação do Movimento devem professar, que contemplam em seu projeto político pedagógico os postulados de Paulo Freire e Florestan Fernandes. Quando os educandos têm liberdade para expressarem suas percepções da realidade, de acordo com Freire (1997) os educandos utilizam da palavra, do trabalho, da reflexão. Ninguém se forma no silêncio e na passividade.

Foi possível perceber, com a observação e as entrevistas aos docentes, que a escola Estadual Florestan Fernandes, não só utiliza os postulados dos grandes pensadores Latino-americanos em seu projeto político pedagógico, mas também em suas práticas pedagógicas, realizando assim uma integração entre teoria e prática, isso é, na práxis escolares.

No cotidiano desta escola, pode-se identificar propostas descolonizantes, que procuraram combater a colonialidade e as práticas hegemônicas. Desse modo, a escola se torna um importante espaço formativo de insurgência que orienta a sociedade a resistir, a re-existir e a re-viver, construindo saberes próprios das minorias, (Walsh 2013). Neste caso, os saberes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Dentro das práticas pedagógicas e educativas do MST que procuram romper com o padrão da colonialidade destacam-se o fortalecimento do processo da humanização dos estudantes. A escola procura formar seres humanos conscientes de sua realidade, que possam criar alternativas às problemáticas que os rodeiam, sujeitos que não estejam a serviço do capitalismo e do agronegócio. A escola, por meio do currículo, maneja um marco histórico e político de diversas lutas, como educação, terra, saúde, sustentabilidade, ambiente, renda, diversidade social, mulheres, gênero, causas indígenas dentre outras.

Mas tal marco não pode ser totalmente expresso e evidente, posto que o governo impede que o Movimento manifeste abertamente seu projeto educativo-político, com o pretexto que as escolas coordenadas pelo MST não

atendem apenas estudantes pertencentes ao Movimento. De fato, a Escola Estadual Florestan Fernandes acolhe filhos de trabalhadores das fazendas, moradores das cercanias e de outros grupos sociais da região.

No que trata dos princípios educativos do MST, a escola Estadual Florestan Fernandes destaca a transformação social e a educação para o trabalho e para a cooperação. Isso pode ser evidenciado pela implantação da horta orgânica, onde os estudantes aprendem diferentes formas de plantar sem o uso de agrotóxicos, integrando seus conhecimentos e socializando suas habilidades, sentimentos e expectativas.

Dois outros projetos promissores são o bosque pedagógico e a cooperativa, cujos objetivos são gerar consciência nos estudantes da importância de reflorestar e preservar a flora nativa, e de produzir cultivares agrícolas sem a utilização de agrotóxicos. Como a região da escola está totalmente desflorestada e cercada por projetos agrícolas extensivos que utilizam agrotóxico, o exemplo de reflorestar e produzir de forma orgânica se torna uma iniciativa exemplar e desafiadora. Por sua vez, a cooperativa de vendas online de produtos orgânicos da comunidade se mostrou uma excelente estratégia

pedagógica para os estudantes e para toda a comunidade.

Como sugere Pinheiro (2015), o MST e os Zapatistas elaboraram uma concepção diferenciada de educação, com uma pedagogia única e um espaço concreto. Dessa forma, iniciam um processo de libertação e emancipação humana. Acredita que a educação, e com ela a escola, sejam o ponto central que permite consolidar na comunidade uma consciência crítica, com uma percepção mais ampla sobre a resistência e a disputa histórica, política e cultural dos povos colonizados.

Referências

Agostini, A. (2011). Escola e movimento social: a experiência em curso no campo brasileiro. In Vendramil, C. (Org.) *A importância e a necessidade da teoria para a construção da escola do MST* (pp. s./p.) São Pablo. Expressão Popular.

Caldart, R. (2012). *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Pablo. Expressão Popular.

Caldart, R. (2001). *O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo*. São Paulo. *Revista Estudos Avançados*, 15(43), 207-224. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300016>

Escola Estadual Florestan Fernandes. (2019). *Projeto Político Pedagógico*. Mato Grosso.

- Fals, O. (1998). *Investigación Acción Participativa -aportes y desafíos*. Bogotá. Dimensión educativa.
- Freire, P. (1997). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e terra.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia*. São Pablo. Paz e terra.
- Mészáros, I. (2005). *A educação para além do capital*. São Pablo. Boitempo.
- Molina, M. (2006). *Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão*. Brasília. Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Morissawa, M. (2001). *A História da luta pela terra e o MST*. São Pablo. Expressão Popular.
- MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (1996). *Caderno de Educação n°8: Princípios da educação no MST*. São Paulo.
- MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (2001). *Boletim de Educação n°8: Acompanhamento às escolas do MST*. São Paulo.
- Parra, R. (1986). *Escuela y modernidad: la escuela rural Colombia*. Bogotá. Fundación Restrepo Barco.
- Pinheiro, L. (2015). *Educación, resistencia y movimientos sociales: la praxis educativo-política de los Sin Tierra y de los Zapatistas*. Universidad Nacional Autónoma de México.
- Quijano, A. (2007). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. In Grosfoguel, R. (Org.). *Colonialidad del poder y clasificación social* (pp. 93-126). Bogotá. Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.
- Sader, E. (2005). Prefácio: A educação para além do capital. São Pablo. Boitempo.
- Santos, A. P. (2016). *Significações do currículo da educação infantil do/no campo para a comunidade escolar de um assentamento de reforma agrária na região norte de mato grosso* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Estado de Mato Grosso, Campo Grande.
- Sirvent, M. (2018). *De la Educación Popular a la Investigación Acción Participativa. Perspectiva pedagógica y validación de sus experiencias*. *Revista InterCambios. Dilemas y transiciones de la Educación Superior*, 5(1), 12-29.
- Solano, A. (2015). *Descolonizar la educación o el desafío de recorrer un camino diferente*. *Revista Eletronica@ Educare*, 19(1), 117-129. <https://doi.org/10.15359/ree.19-1.7>
- Supremo Tribunal Federal. (2019). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília. Recuperado de: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>.
- Sousa, M. I. (2014). *Do desbravar ao cuidar: interdependências trabalho-educação no/do campo e a Amazônia mato-grossense* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Stedile, J. (2012). *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Pablo. Expressão Popular.
- Torres, J. (1998). *El curriculum oculto*. Madrid. Morata.
- Walsh, C. (2013). *Pedagogías Decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Tomo I. Quito. Ediciones Abya-Yala.

Zibechi, R. (2015). *Descolonizar el pensamiento crítico y las practicas emancipatórias*. Bogotá. Desde Abajo.

resistência à colonialidade e seus mecanismos de poder. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 5, e7162, 2020. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e7162>

1. Termo que tem sido usado pelo povo indígena Kuna para designar as terras do continente americano antes mesmo da invasão colonial. Abya Yala significa terra madura, terra viva, terra em floração. Esta comunidade indígena está atualmente localizada na região do Golfo de Uraba, na Colômbia.

Informações do artigo / Article Information

Recebido em : 10/07/2019
Aprovado em: 20/01/2020
Publicado em: 28/10/2020

Received on July 18th, 2019
Accepted on January 20th, 2020
Published on October, 28th, 2020

Contribuições no artigo: Os autores foram os responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de interesse: Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Orcid

Yohana Marcela Sierra Casallas



<http://orcid.org/0000-0002-5234-3609>

Darci Secchi



<http://orcid.org/0000-0002-7590-3760>

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Casallas, Y. M. S., & Secchi, D. (2020). Educação do movimento dos trabalhadores sem terra: um espaço de resistência à colonialidade e seus mecanismos de poder. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 5, e7162. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e7162>

ABNT

CASALLAS, Y. M. S.; SECCHI, D. Educação do movimento dos trabalhadores sem terra: um espaço de